

Isaltino Moraes

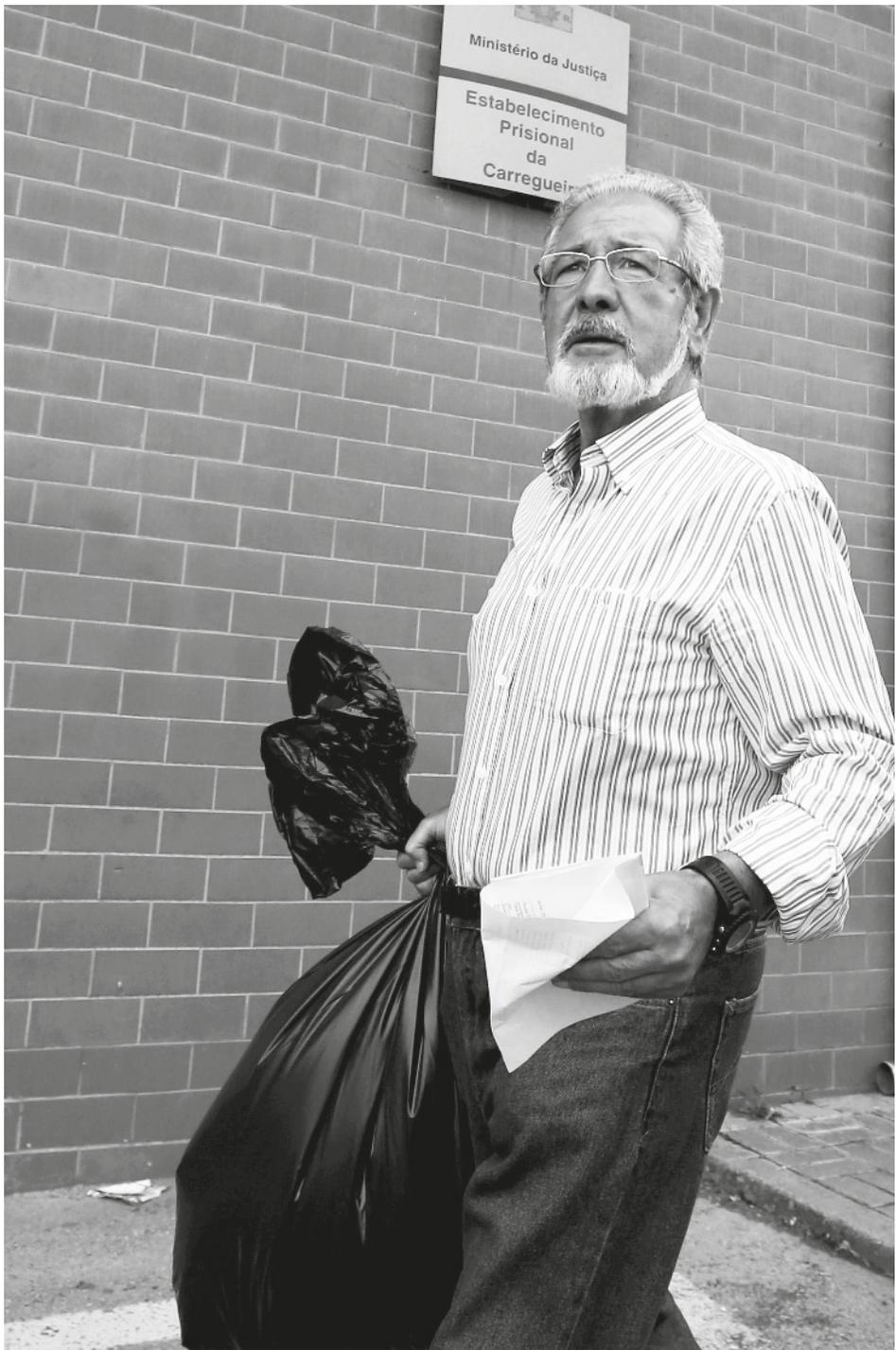
A MINHA PRISÃO  
E SE ACONTECESSE CONSIGO?

a esfera  dos livros

# ÍNDICE

INTRODUÇÃO . . . . .	13
PARTE I – CRÓNICA DE UMA PRISÃO INEVITÁVEL . . . . .	21
Capítulo I – 3.º Ato, <i>O abismo</i> . . . . .	23
Capítulo II – 1.º Ato, <i>O erro judicial</i> . . . . .	25
Capítulo III – 2.º Ato, <i>O inferno mediático</i> . . . . .	44
PARTE II – PRESO PORQUE SIM? . . . . .	73
PARTE III – O <i>CASE STUDY</i> EXPLICADO . . . . .	453
Capítulo I – Algumas especificidades do meu processo . . . . .	455
Capítulo II – Outras especificidades do meu processo. . . . .	469
CONCLUSÃO . . . . .	479
ANEXOS. . . . .	483
AGRADECIMENTOS . . . . .	495

Aos meus filhos Afonso, Pedro e Dora, para que estejam  
do lado da Verdade, do Direito e da Justiça



Isaltino Morais no dia em que saiu da prisão, levando num saco os seus pertences.

## Introdução

**E**nsinou Vítor Hugo que «Quando um homem cai em desgraça, a imaginação dos outros homens fabrica sempre provas dos seus imagináveis crimes». Este foi o propósito e o caminho daqueles que me tentaram destruir. As minhas virtudes, se as tinha, desapareceram com a brisa da manhã, numa metamorfose tão rápida quanto trituradora, para que subitamente tudo o que tinha construído, depois de décadas de serviço público, não mais representasse do que o mais odioso que existia na política portuguesa.

Quem me tentou destruir não se satisfez apenas com um simples afastamento político. Tentou deliberadamente arrasar e conspurcar tudo aquilo que construí na minha vida ao serviço de Oeiras e do meu País.

Tentaram, mas não conseguiram. E não conseguiram porque falharam no essencial. Aqueles que servi com o melhor que tinha em mim, ainda hoje e apesar de tudo o que aconteceu, mantêm bem vivo o reconhecimento e o afeto pelos anos que dediquei ao serviço da coisa pública. E esta sim, é a única prova cabal e irrefutável que sobre mim existe!

Haverá pessoas que não olham para mim como aquilo que eu sou. Só eu sei o quanto isso me fere. Só eu sei como gostaria de me poder defender com os mesmos meios daqueles que me atacavam. Mas, lamentavelmente, não possuo as armas dos que me perseguiram: não tenho mais do que a verdade. A minha única arma de defesa é a verdade. A minha força é saber que o tempo será sempre o melhor amigo da verdade.

As linhas que partilho convosco são a minha verdade, nua e crua, como só ela pode ser. As teses de acusação são publicamente conhecidas. Os acusadores/julgadores são os políticos que conceberam essas teses, os magistrados que feriram o Direito e o mais elementar sentido da Justiça,

a par dos meios de comunicação social que davam eco ao movimento de perseguição instalado.

As experiências que atravessei e as outras dimensões da vida que conheci constituem a essência deste livro, deixando para outra ocasião a história do meu processo, desde as capas do *O Independente* até à minha prisão, em setembro de 2011. Depois de um processo kafkiano e de uma campanha difamatória sem precedentes. Depois de uma condenação na praça pública e em sede de *tribunal* mediático. Depois de um processo legal sem justificação e de uma condenação sem prova, fui primeiro preso ilegalmente, para logo depois ser libertado. Depois perseguido mediaticamente e novamente preso, imoralmente, com cobertura de decisões judiciais que em si mesmo feriam a essência da Lei, do Direito e da Justiça.

Se hoje, perante novos casos judiciais mediáticos, há já quem se levante contra a prepotência de alguns magistrados, só posso afirmar que mesmo esses andaram muito distraídos na altura: fui acusado, julgado, condenado e preso sem prova; aliás, com prova do contrário, prova essa que os tribunais decidiram sempre ignorar. Num primeiro momento ignorando um despacho do então diretor nacional adjunto da Polícia Judiciária, de 22 de abril de 2003, que diz claramente que «importa não olvidar que a situação tributária da pessoa visada não se encontra, minimamente, determinada e, portanto, que estamos perante um caso em que o apuramento da mesma, pelo menos, em termos meramente indiciários, deve preceder – necessariamente – a investigação criminal, sob pena de desvirtuação de ser da razão e dos fins», acrescentando que, «quanto à matéria em causa, se deva ter como prioritária a intervenção imediata dos serviços de inspeção tributária».<sup>1</sup>

Depois, num segundo momento, foi ignorado o relatório elaborado pelas peritas nomeadas pelo Departamento Central de Investigação e Ação Penal de Lisboa que concluía: «Em termos fiscais, (...) uma vez que os elementos disponíveis não permitem determinar a vantagem patrimonial auferida pelo arguido e a conseqüente diminuição da receita fiscal, atento o n.º 2 do artigo 103.º do supracitado normativo [n.d.a: RGIT – Regulamento Geral de Infrações Tributárias], tal facto não é punível a título criminal. Não obstante, tal facto é passível de integrar uma contraordenação, p. e p. pelo art.º 119.º do RGIT, quanto aos

---

<sup>1</sup> Ver anexo 1.

exercícios de 2001, 2002 e 2003.»<sup>2</sup> Deste modo, as peritas nomeadas pela procuradora do processo elaboraram um relatório no qual indicavam claramente a inexistência de crime. Relatório ignorado!

O último elemento de prova ignorado foi uma certidão de não dívidas fiscais que claramente atestou que «Isaltino Afonso Moraes (...) tem a sua situação tributária regularizada, visto que não é devedor(a) perante a Fazenda Nacional de quaisquer impostos em prestação tributária e respetivos juros. Mais se certifica que relativamente a impostos dos anos 2000, 2001 e 2002, apenas correu termos por este Serviço de Finanças o processo de execução fiscal n.º 3522200301809687 instaurado por relaxe das notas de cobrança 229165303 e 299166403 de Contribuição Autárquica dos anos 1999 e 2000, o qual se encontra extinto por pagamento efetuado em 07-04-2003, através de guia».<sup>3</sup>

Isto é, não devo e nunca devi nada ao Fisco. No entanto, cumpri 14 meses de prisão. Hoje estou certo, fui duas coisas: exemplo e *agnes*, para sossegar a opinião publicada ululante e sede de protagonismo dos Catões do regime.

Talvez seja ingenuidade minha perguntar, mas em nome dos 429 dias em que estive preso, alguém me consegue esclarecer porque me privaram da minha liberdade, da minha essência enquanto Homem?

Tenho para mim que, repetindo rituais purificadores que todos conhecemos dos dias negros da História, este transmontano teimoso e frontal, descuidado nas artes do politicamente correto mas senhor da sua razão, cumpria os requisitos ideais e que tão bem encaixavam na figura bíblica do cordeiro a imolar no fogo sagrado, enquanto as virgens imaculadas arrancavam as vestes em pleno transe e em nome da moral pública... para que tudo continuasse na mesma. As *virgens imaculadas* continuam por aí. Eu acabei na prisão.

Pode a noite muito durar que o dia sempre rompe e com ele emerge a luz da verdade. Sei bem da imagem pública que me cravaram na pele. Mas sei também que, apesar de tudo, aqueles que me conhecem e a quem servi com a dignidade e abnegação próprias de um autarca e governante, sabem ser justos na apreciação do legado que deixei.

Sei também que, apesar de tudo quanto me foi feito, junto dos que conhecem o meu trabalho honesto sou o que sempre fui: um homem simples, que se fez de estudo, trabalho e dedicação à causa pública. Por

---

<sup>2</sup> Ver anexo 2.

<sup>3</sup> Ver anexo 3.

tudo isto, este livro pretende ser, sobretudo, a oportunidade que nunca antes tive para a defesa da honra, da minha honra, e não mais do que isso. E por isso quero partilhar os dias da liberdade que não tive mas com que nunca deixei de sonhar, da dignidade que me tentaram destruir mas que nunca deixei de por ela lutar, da justa e legítima defesa que tanto pugnaram por me negar.

O livro conta como foi aquela primeira noite na cadeia, de 29 para 30 de setembro de 2011, e os mais 427 dias em que estive jogado numa prisão, ainda sem saber por que motivo: qual foi a fraude fiscal que cometi? Se cometi três crimes de fraude, importa que me esclareçam qual foi o valor dessa fraude fiscal, particularmente porque a Autoridade Tributária atesta que nada devo, nem nunca devi, ao Fisco.

Repetidamente oiço políticos-comentadores, e os jornalistas que servem os políticos, dizerem do meu caso, que a *justiça funcionou*. São essas pessoas, muitas delas com responsabilidades, que representam, para mim, o pior da sociedade portuguesa. Representam, na realidade, a justiça pressionável aos interesses instalados, a justiça que se pode influenciar e manobrar, a justiça que incapaz de produzir prova em tribunal, primeiro produz julgamento populares no circo mediático, para depois se limitar a seguir o veredicto traçado pelos tabloides... transformando manchetes em *provas insofismáveis* de acusação. Essa justiça, a dos carrascos e dos carcereiros, funcionou *às mil maravilhas*. Essa justiça funcionou torcendo a Lei, ignorando o Direito e acabou por *vender a alma para salvar a face*. Mas não é só isso que representam: são também a face da inveja e da manipulação das opiniões públicas através da opinião publicada.

Quero, no entanto, deixar claro que não considero que tenha sido perseguido pelo sistema judicial. Mas, magistrado que sou, não posso deixar de ser crítico e de veementemente condenar aqueles que, sendo magistrados, se preocupam mais com capas de jornais do que com o Direito e a Justiça. Nem tão-pouco poderia colocar ao nível dos magistrados que se deixaram influenciar pelo caldo de cultura que cercou o *caso Isaltino*, os magistrados do Ministério Público e da Magistratura Judicial que todos os dias lutam para trazer paz e ordem à nossa comunidade. Se a árvore não faz a floresta, algumas há que não honram o chão sagrado que ocupam nos tribunais. Naturalmente, também entre os magistrados haverá gente de pouca fé, pouca honra e pouca dignidade. Pretender que os magistrados se elevem ao nível de *Zaratustra*, para lá do bem e do mal, é pretender retirar-lhes a sua condição humana. Há magistrados fracos,

incompetentes, de pouca cultura e de baixa capacidade; assim como há magistrados que são o seu oposto. Eu mesmo, quando julgava ir cumprir a totalidade da pena naquela cela 407 da Carregueira, fui surpreendido por uma decisão justa e corajosa do Tribunal da Relação de Lisboa.

Precisamos, enquanto cidadãos, de saber perdoar os nossos magistrados fracos e permeáveis à manipulação dos interesses instalados, mas precisamos igualmente de levar o sistema a perceber onde estão esses elementos, e assim defender o sistema judicial e a comunidade da sua ascensão – no fundo, necessitamos de exigir um verdadeiro *cursus honorum* e uma progressão pelo mérito.

Mas não é apenas o sistema de Justiça que tem de saber mudar. Lamentavelmente, as reformas realizadas na Justiça nas últimas décadas foram erguidas de acordo com a cultura e o anacronismo doutrinário dos seus inspiradores. Os políticos legislaram de tal modo que hoje é possível a um tribunal de primeira instância desobedecer impunemente a um tribunal superior, inviabilizando, em elevada medida, o duplo grau de verificação jurídica e, conseqüentemente, destruindo o Estado de Direito.

Dirão alguns que eu poderia ter lido melhor os sinais que me iam chegando. Poderia ter desconfiado quando o meu escritório foi visitado por amigos do alheio em busca de documentos, até porque só lá havia documentos... Poderia ter desconfiado quando, nas buscas realizadas à minha casa, o magistrado que as acompanhou teve um comportamento, no mínimo, questionável. Nessa busca aconteceram situações inacreditáveis: comentários jocosos como «esta também anda aqui?», com o juiz lendo o cartão de felicitações da sua colega, Dr.<sup>a</sup> Lucinda Cassiano, pelo nascimento do meu filho Afonso; ou a leitura abusiva de uma carta antiga minha, enquanto presidente dos Autarcas Sociais-Democratas (ASD), dirigida ao Dr. José Miguel Júdice, então presidente da Comissão Política Distrital do PSD de Lisboa, leitura que apenas cessou quando me senti impelido a perguntar: «Qual o interesse dessa carta política para o meu processo?» Nunca imaginei que um lar e uma família podiam ser assim desrespeitados por um *juiz dos direitos*.

Também não estranhei quando li no *Expresso* uma manchete dizendo que «Isaltino não dá tréguas ao juiz do processo»<sup>4</sup>, a respeito de um embargo que a Câmara de Oeiras efetuara a 12 de junho de 2006, quando o juiz Carlos Alexandre realizou obras clandestinas na sua

---

<sup>4</sup> «Isaltino não dá tréguas ao juiz no seu processo», *Expresso*, 16 de fevereiro de 2008, p. 20.

residência em Linda-a-Velha. Esta questão das obras clandestinas é, aliás, um ótimo exemplo da forma enviesada como se vão publicando notícias e como se faz opinião em Portugal. Sempre, até hoje, vi desculpada na comunicação social a ilegalidade daquelas obras, tendo havido colunistas que chegaram a questionar a legitimidade do presidente da Câmara Municipal de Oeiras para multar um juiz pelas obras ilegais. Como se um juiz pudesse estar acima da lei, quando verdadeiramente tem outras obrigações com a comunidade, decorrentes do cargo... O que é mais curioso é que em diversos órgãos de comunicação social fui retratado como estando a perseguir o *superjuiz* do meu processo<sup>5</sup> quando, na realidade, eu não sabia quem era o juiz Carlos Alexandre; e quando foram embargadas aquelas obras clandestinas, o juiz não estava colocado no Tribunal Central de Instrução Criminal, ou seja, não era juiz do meu processo. Ainda no ano passado fui retratado como seu inimigo num jornal<sup>6</sup>, quando apenas me limitei a embargar obras clandestinas de um cidadão na sequência de um processo devidamente instruído pela polícia municipal. Aliás, não sei como posso ser retratado como inimigo de um juiz que nunca me ouviu – ao longo de todo o processo, aquele juiz de instrução limitou-se a fazer suas as palavras do Ministério Público, nunca tendo qualquer necessidade de me ouvir. O presidente da Câmara Municipal de Oeiras, naquele ano (2006), assinou 76 processos de embargo. O juiz Carlos Alexandre foi apenas mais um cidadão que tentou torner a lei. Um presidente de câmara não sabe e não deve saber quem são os embargados ou os multados pelo município, mal seria se soubesse. Estranho é que, perante tais notícias, que me imputavam propósitos persecutórios, o juiz não tenha vindo a público esclarecer que, aquando do embargo das obras clandestinas que fez, não era juiz do meu processo. Só a clarividência e a imparcialidade de alguns predestinados jornalistas não percebe isto. Só o sentimento imaculado de inimizabilidade de outros não concebe que a Lei é igual para todos.

Podia também ter desconfiado pelo facto de alguém com quem eu tinha tido uma relação muito próxima de amizade, como era a procuradora Leonor Furtado, autora da primeira acusação que me foi feita,

---

<sup>5</sup> Conforme pode ser verificado no sítio do Conselho Superior da Magistratura na Internet, a colocação do juiz Carlos Alexandre no Tribunal Central de Instrução Criminal data do dia 18 de junho de 2006. (<https://www.csm.org.pt/ficheiros/movimentos/movimentojudicial2006.pdf>), o despacho do embargo das obras clandestinas da Câmara Municipal de Oeiras data do dia 13 de junho de 2006.

<sup>6</sup> Jornal *Diário Económico*, 2 de agosto de 2014.

que durante anos me visitava regularmente na Câmara de Oeiras e com frequência me instava a falar com o primeiro-ministro à época, Cavaco Silva, no sentido de lhe conseguir um cargo de diretora-geral na administração pública, pois estaria «farta do Ministério Público». Mais tarde, quando desempenhei o cargo de ministro do Ambiente, ficou magoada por eu não a ter nomeado para uma inspeção-geral. Acabou por ver a sua ambição satisfeita, quando foi promovida a diretora-geral do Instituto de Reinserção Social, após a acusação.

Também não desconfiei quando o magistrado do MP no julgamento, o Dr. Luís Eloy, recebeu um louvor do procurador-geral da República após a minha condenação em primeira instância, mesmo depois de me ter acusado de ter prestado falsas declarações por ter dito em tribunal a verdade da minha profissão: «magistrado do Ministério Público aposentado»... que ingenuidade a minha achar que em tribunal só se poderia dizer a verdade e só a verdade. Curiosamente, para além do louvor, também este magistrado foi promovido a diretor-adjunto do Centro de Estudos Judiciários (CEJ). Luís Eloy tornou-se figura nacional com o episódio do copianço no CEJ, ao propor que fosse dada a nota 10 a todos os alunos que copiaram num exame...<sup>7</sup>

Por fim, também não desconfiei quando a juíza Carla Cardador, mesmo depois de despachar um processo que estava impedida de despachar e de analisar retroativamente a prescrição de um crime, foi promovida a assessora do Supremo Tribunal de Justiça.

Não desconfiei da premiação de todos os que contra mim decidiram (quase sempre torcendo a Lei), porque não faz parte da minha natureza desconfiar e porque acreditei que no final a Justiça prevaleceria. Lamentavelmente estive enganado. Mesmo um homem experiente como eu, com o calo da vida e dos cargos que ocupei, é obrigado a reconhecer que havia muita coisa de Portugal que eu desconhecia, que não imaginava possíveis, que nunca concebi poderem existir!

Foi assim que acabei a cumprir uma pena de prisão sem saber verdadeiramente por quê. O tempo na Carregueira, que relato neste livro, foi uma descida aos infernos. Conheci a realidade prisional por dentro: a falta de condições da prisão; a desumanidade de muitos guardas; a humanidade de outros guardas; a fragilidade dos reclusos; a generosidade dos reclusos; a desarticulação das decisões do Tribunal de Execução

---

<sup>7</sup> «Escola de magistrados dá nota 10 a cábulas», *Correio da Manhã*, 18 de junho de 2011, p. 18.

de Penas com o espírito da lei; a inexistência de uma efetiva política de reintegração; a comida estragada; a falta de medicamentos; as mortes por falta de assistência; etc. Tudo isto conheci na prisão. Conheci também a depressão, a fome, a solidão, e fiz amigos improváveis. Confirmei que há também pessoas boas na prisão.

Hoje, com o tempo que já passou, apesar do mal que me fizeram e da dor que senti, voltei a estar entre os meus. Voltei à minha família, percebi quem são verdadeiramente os meus amigos (que nunca me abandonaram) e sou bem recebido em todo o lado pelas pessoas. Não se julgue que depois desta experiência fiquei revoltado com a vida. A bênção da liberdade de poder viver sobrepõe-se a tudo o mais. Afinal... *A Vida é Bela!*

I. M.

Lisboa, 25 de abril de 2015

## PARTE I

# CRÓNICA DE UMA PRISÃO INEVITÁVEL

«A honra pertence aos que não renunciam à verdade nem quando as coisas parecem negras e terríveis, aos que tentam repetidamente, que nunca se deixam desencorajar pelos insultos, pela humilhação e até pela derrota.»

*Nelson Mandela*

## Capítulo I

### 3.º Ato, *O abismo*

Quarta-feira, 24 de abril de 2013, 12h45m. Acabado o despacho com a diretora financeira da câmara, digo à Fernanda (Fernanda Almeida, a minha secretária) para chamar o Dr. Francisco (Francisco Rocha Gonçalves, o meu adjunto). O Francisco traz na mão o discurso do dia seguinte (sessão solene comemorativa do Dia da Liberdade), tinha acabado de introduzir as últimas correções. Leio rapidamente as alterações, está tudo como solicitado. Digo-lhe para se preparar para descermos, tinha agendado um almoço com o presidente da Câmara Municipal de Sintra (Fernando Seara), para discutirmos a grave situação da TratoLixo (empresa intermunicipal responsável pelo tratamento dos resíduos sólidos urbanos dos concelhos de Oeiras, Cascais, Mafra e Sintra).

O ambiente estava leve desde o dia 12 de abril de 2013, quando, num recurso sobre a prescrição de um dos crimes de fraude fiscal de que era acusado (relativo ao ano 2000), pela primeira vez desde que tinha começado o meu calvário com as instituições judiciais portuguesas, o Ministério Público junto do Tribunal da Relação de Lisboa me deu razão. Tinha voltado a sentir que o Estado de Direito podia funcionar com normalidade: é normal que uma instância erre, mas já não era normal que outras instâncias tivessem insistido nos mesmíssimos erros; a repetição do erro poderia designar-se outra coisa, mas não podia considerar-se apenas um erro. Sem saber que estava prestes a ser detido, desço a escadaria da presidência da câmara como seu presidente pela última vez. Peço ao João Paulo (João Paulo Cordeiro, o meu motorista) para chegar o carro à frente, havia pouco espaço para entrar.

É então que sou abordado por dois agentes da Polícia Judiciária que se identificam e me mostram o mandado de detenção. Pergunto, atónito: «Mas como? Se ainda há poucos dias o Ministério Público me deu razão e estava prestes a ser decidida a prescrição de um crime?» De forma algo envergonhada, respondem-me: «Doutor, nós não temos nada a ver com isto, limitamo-nos a cumprir as ordens que nos foram dadas. Tivemos o cuidado de o fazer discretamente. Acompanhe-nos, por favor.» Num segundo o mundo ruiu. Olho para o Francisco, tão ou mais espantado do que eu, e digo-lhe: «Avisa a Patrícia (Patrícia Camarinho, a minha companheira), fala com o Seara e avisa rapidamente os advogados.» Entro numa *Peugeot 407* cinzenta e pensei para mim: «Como pôde isto acontecer? Como pôde a Justiça vender a alma para não perder a face?» Subitamente sinto que não estou mais naquela viatura. Não estou mais em mim. Sou envolvido por uma sensação de *déjà vu* e mentalmente regresso ao dia 29 de setembro de 2011 quando, por um erro judicial, estive preso ilegalmente nas instalações da Polícia Judiciária.

## Capítulo II

### 1.º Ato, *O erro judicial*

A porta da cela fechou-se com estrondo, seguindo-se o ruído do manípulo de segurança, semelhante ao fecho de um cofre-forte.

Observei então o espaço onde estava agora confinado: cinco passos de comprimento por três de largura, mais ou menos 6 metros quadrados. Sentia a minha mente absolutamente vazia. Tudo tinha desaparecido. Por minutos quem estava ali não era eu, seria talvez um outro eu, outra realidade ou outra dimensão.

Com alguma curiosidade, procurei identificar a composição e o mobiliário daquele espaço: uma cama de ferro, uma mesa com cerca de 70 cm<sup>2</sup>, uma cadeira de ferro e um cacifo, também em ferro, que tentei abrir. Não o consegui à primeira tentativa. Tentei de novo, e consegui: era uma caixa com 2 metros de altura e cerca de 60 cm de largura.

À entrada da cela, do lado esquerdo, uma parede separava o sanitário do espaço da cama. Subi um pequeno degrau e observei atentamente as instalações sanitárias: uma zona de chuveiro com mais ou menos 80 cm<sup>2</sup>, uma sanita em aço e um lavatório. Por debaixo do lavatório um balde para o lixo e um balde de limpeza. Encostados à parede, uma vassoura, uma pá e uma esfregona.

Num curto *flash* tinha vislumbrado a minha casa de banho, mas foi apenas um instante, talvez meio segundo. O peso daquela cela não me deixava respirar e menos ainda identificar-me a mim próprio. A sensação era a de me estar a observar e tentar compreender as minhas reações.

Sentei-me na cama com os pensamentos em turbilhão, não conseguindo coordenar uma ideia, um pensamento ou uma reação. Alguns minutos depois, levantei a cabeça e o meu olhar fixou-se na mesa onde colocara

os lençóis, uma manta, um cobertor e uma almofada. Em cima do monte destacava-se um embrulho de papel que continha um pedaço de sabão. Maquinalmente comecei a desembulhá-lo. Tinha aspeto caseiro, do género do que se fazia na minha aldeia quando era menino.

Ainda estava com o sabão na mão, quando reparei num outro elemento essencial daquele espaço, sem o qual não seria verdadeiramente uma cela. Vi então uma janela com cerca de 1,5 m de altura e 60 cm de largura. Tinha uma vidraça de guilhotina semiaberta, para lá desta um gradeamento em ferro com quatro barras de 4 ou 5 cm de diâmetro. Agarro-as e penso: «Estão bem pregadas à parede... impossível de ultrapassar.»

Comecei então a aperceber-me da minha nova realidade: estava na prisão.

Qual autómato, estendi os lençóis na cama e olhei a almofada. Coloquei na cabeceira a manta e o cobertor dobrados e por cima a almofada. Pensei que ficaria mais confortável.

Deitei-me e reparei então num dispositivo esquisito, saído da parede lateral esquerda da cama que me fez pensar nos cuidados em retirar aos presos a gravata e o cinto, acessórios naturalmente suscetíveis de serem utilizados pelos suicidas. Não que me passassem estes intuitos pelo pensamento, mas depressa percebi que se destinava à colocação de um televisor.

De repente olhei para a cadeira de ferro e vi o meu casaco. Apalpei o bolso interior e senti dois charutos. Retirei um, parti-lhe a ponta com as unhas, acendi o isqueiro e dei uma primeira baforada. Ao contrário do que é normal, não me aliviou. Senti uma forte dor no peito, algo parecido com falta de ar, juntamente com calor na frente e ardor nos olhos. De repente, questionei-me se teria tomado nessa manhã o *Zestril* para a tensão arterial. É o meu mais grave problema de saúde.

Estava, naquele momento, a sentir a subida da tensão. É algo que já descortino e que procuro controlar, descontraindo-me. A sensação de mal-estar despertou-me do torpor em que havia caído ao entrar na cela. Estes são os momentos mais difíceis; momentos de reflexão acelerada e de visionamento da minha vida... De muitos anos da minha vida... De um percurso, de uma carreira política de missão; de entusiasmo, de partilha, de alegria a construir a felicidade de milhares de famílias, a questionar-me sobre os erros que terei cometido... Que mentiras, que julgamento... Que verdade conduziu àquela situação, a este fim; à prisão. Agudizava-se a dor de cabeça... O calor a subir, o turbilhão a voltar, a revolta a crescer...

Apelei à minha consciência, que me disse da injustiça, da trama que me criaram, de todas as mentiras do julgamento, mas que tinha de ultrapassar

e não deixar derrotar-me, nem fazer-me cair em depressão! Não desistir de lutar, não alimentar ódios, e continuar a acreditar na verdade e na Justiça.

A racionalidade a sobrepor-se à emoção e ao sentimento de injustiça. Por pouco tempo, porque rapidamente pensamentos mais ásperos de revolta me invadiam.

O silêncio na prisão era apenas quebrado pelo voo lúgubre das pombas. Dezenas de pombas no pátio da prisão. Aproximei-me da janela e vi então o seu sinistro voo rasante no recreio. Norte-sul, sul-norte. Imediatamente recordei *Os Pássaros*, de Hitchcock. Pensei então como era estranha a expressão «pombas da paz» e como as do pátio da prisão eram tão diferentes das que vemos nas nossas ruas e praças. O recreio, parcamente iluminado, permitia-lhes fazer de noite a vida que as pombas das praças e jardins fazem de dia.

Aqueles voos de um lado para o outro configuravam um quadro sinistro e surreal, no qual as próprias pombas mais não pareciam do que fantasmas das que estava habituado a ver na cidade.

Os fantasmas das pombas pareceram-me então transformar-se em aves carnívoras, que mergulhavam para apanhar pedaços de carne sangrenta espalhada pelo pátio da prisão. Incrédulo, apelei à minha lucidez para perceber o que estava a ver: eram mesmo pombas e os pedaços de carne, que antes vira, não passavam afinal de pedaços de pão lançados pelos reclusos para o pátio, depois do jantar.

Este quadro carregou ainda mais de sombras o meu espírito. Sentia-me numa outra dimensão e ainda não tinha interiorizado o facto de estar encarcerado.

De repente, o silêncio foi quebrado com gritos vindos das celas do meu piso e do piso inferior. Pareciam-me gritos de descompressão, de explosão de adrenalina, ainda que alguns mais não fossem do que palavrões sem qualquer sentido conotativo.

Olhei então para o relógio, eram 22 horas. Apercebi-me de que alguns dos gritos reportavam ao jogo Sporting-Lazio, para as competições europeias, que o Sporting ganhara ou estava a ganhar.

Este contacto com os outros reclusos, através das suas vozes, atingiu-me como um maço na cabeça. Estava preso e de repente sentia-me solidário com pessoas que não conhecia... Pensei: «Quantos ali estariam presos como eu, inocentes como eu?»

Os sucessivos erros judiciais que me levaram até ali não podiam ser um exclusivo meu. A injustiça não podia acontecer apenas comigo! Imaginei

então: «Qual a percentagem de inocentes que estariam ali como eu, atirados sozinhos para uma cela?»

Só então comecei a raciocinar com alguma lucidez. Ainda há menos de 4 horas estava no meu gabinete a despachar «assuntos urgentes» com duas diretoras do município. Assuntos urgentes... Agora percebia melhor a urgência... Que assuntos são urgentes na nossa vida num contexto de privação de liberdade?...

\*

Revi então o filme da detenção: eram 18 horas e 30 minutos quando a minha secretária interrompeu a reunião, dizendo-me que estava na sala de espera do gabinete o subintendente Palhau, diretor da Polícia Municipal, que queria falar-me com urgência.

Vou à sala de espera e diz-me o subintendente: «Presidente, o subintendente Coelho [chefe da Divisão da Polícia de Segurança Pública de Oeiras] está fechado no seu gabinete, na Divisão, com mandado de prisão do presidente mas não consegue dar-lhe cumprimento. Está destroçado. Para não sofrer ele próprio consequências, talvez fosse bom o presidente telefonar-lhe.»

Senti aquelas palavras como um soco no estômago. Não fora o meu calejamento de muitos anos, muitas vicissitudes e muitas batalhas, e acredito que não teria aguentado aquele forte abalo. Sem hesitar disse ao subintendente Palhau: «Telefone ao subintendente Coelho. Ele que venha aqui à Presidência.»

Voltei ao meu gabinete, sentei-me à secretária e assinei dois despachos. Abreviei assim um dia de trabalho que só deveria terminar hora e meia mais tarde, com a inauguração das esculturas do Pedro Cabrita Reis alusivas aos 250 anos da fundação do concelho, na Praça do Fórum Oeiras.

Como era habitual, fumava o meu charuto quando o subintendente Coelho entrou no meu gabinete, às 19 e 30.

Miguel Coelho é um polícia especial, um homem profundamente bom, justo, digno e, como (lamentavelmente) raras vezes acontece, muito bem inserido na sua comunidade. Conheçamo-nos há mais de duas décadas, ao longo das quais prestou serviços de grande relevo ao município. Acompanhou-me muitas vezes no processo de erradicação de barracas a alguns dos bairros mais «complicados» do País. Tinha (e mantenho) uma relação especial com as forças de segurança de Oeiras: enquanto presidente de câmara mandei construir as esquadras em que trabalham, promovi a sua manutenção – dignificando as suas condições de trabalho – e cheguei

a autorizar que as viaturas das forças de segurança se abastecessem de combustível nas oficinas do município – de outra forma muitas vezes não havia condições para sequer serem feitas as rondas. A boa cooperação entre o município e as forças de segurança foi essencial para Oeiras se ter tornado o concelho com os índices de criminalidade mais baixos da Área Metropolitana de Lisboa e, conseqüentemente, um elemento central para a obtenção dos índices de desenvolvimento de que gozam todos quantos ali residem, trabalham ou estudam.

Foi um homem destroçado o que entrou no meu gabinete para me prender. Encontravam-se comigo, naquele momento, o chefe de gabinete Nuno Costa, o meu adjunto Francisco Gonçalves, e o presidente da Comissão Executiva do Taguspark, Victor Calvete. Poucos minutos depois juntou-se a este grupo a vereadora Madalena Castro, e, no gabinete das secretárias, encontravam-se alguns funcionários.

Disse imediatamente ao subintendente: «Sei que é um sofrimento para si, mas está a cumprir ordens. A minha prisão é ilegal, como se demonstrará, mas o senhor nada pode fazer senão levar-me para a prisão. Deixe-me acabar este charuto e leve-me.»

Às 19 e 50 tocou o meu telemóvel. Era o meu filho mais novo, Afonso, que habitualmente me telefonava todos os dias cerca das 20 horas.

Que dizer-lhe naquelas circunstâncias? Sentia a tensão arterial a subir. Retirei-me para a sala de espera para estar sozinho e fiz as perguntas habituais: Como tinha corrido o dia na escola? Portara-se bem? Já tinha jantado? Transformei o mais que pude a minha voz para lhe dar um tom normal, de boa disposição, e pedi-lhe para passar o telefone à mãe. Com um esforço hercúleo concentrei-me no que deveria dizer e como deveria dizer. A emoção era imensa, sentia-me esmagado. Respirei fundo algumas vezes até conseguir recuperar forças e expliquei resumidamente a situação. Pedi-lhe que se concentrasse e que não deixasse transparecer nada para o Afonso sobre o que iria dizer-lhe naquele momento. Informei-a que estava no meu gabinete o comandante da PSP de Oeiras, com mandado de detenção para me levar à prisão de Caxias. Disse-lhe: «Patrícia, esta é uma prisão ilegal, espero a minha libertação amanhã.» No fundo, eu próprio já não acreditava em nada. Confesso a minha admiração pela reação da minha mulher que, com segurança, reagiu dizendo que o Afonso iria à escola no dia seguinte (sexta-feira, 30 de setembro de 2011) e de manhã lhe diria o que acontecera.

Aquela reação foi um bálsamo num coração que se sentia perdido. Nunca conseguirei verbalizar totalmente a energia que retirei daquelas

palavras e o orgulho que senti pela resistência e dignidade com que a Patrícia e o Afonso (um menino) enfrentaram aquele momento tão difícil. Seguidamente ao telefonema regresssei ao gabinete, onde voltámos a discutir que aquela era uma prisão ilegal, perante as evidências dos acórdãos da Relação e do Supremo que expressamente confirmavam o não-trânsito em julgado e o efeito suspensivo do recurso para o Tribunal Constitucional.

Às 20 e 30 levantei-me e disse: «Subintendente, podemos ir!»

Descemos do meu gabinete para a praça fronteira à câmara e entramos num carro descaracterizado da polícia: eu, o subintendente Coelho, o subintendente Palhau e o motorista (na realidade, também ele um agente graduado da PSP).

Já no carro, o subintendente Coelho dizia que tinha ordens para me levar para a prisão de Caxias, comentando o motorista: «Ó meu comandante, Caxias é uma merda, ainda têm balde! [n.d.a.: o sistema do balde higiénico, primitivo e vergonhoso, continua estranhamente a existir em alguns estabelecimentos prisionais portugueses] Vamos mas é levar o presidente para a Polícia Judiciária!» O subintendente ainda hesitou mas o motorista foi perentório e seguiu para Lisboa.

Chegámos ao estabelecimento prisional anexo à sede da Polícia Judiciária cerca das 21 horas.

O subintendente tocou ao portão da Polícia Judiciária, no Conde Redondo, tendo alguém no interior mandado seguir para a porta das traseiras – o acesso direto ao estabelecimento prisional. Entrámos os dois, sendo recebidos por dois guardas prisionais.

Na receção o subintendente despediu-se de mim com um abraço forte, sentido e prolongado. Conheço o subintendente há mais de 25 anos, nunca nos tínhamos abraçado. Aquele abraço produziu um significativo impacto, pelo afeto que traduziu, pressentindo nele a revolta de um homem com certeza habituado a efetuar prisões e que, neste caso, despiu a veste de polícia para se transformar num homem, cidadão vulgar, que sentiu a injustiça que então se abatia sobre um amigo. Disse-me mesmo que «a 6 ou 7 meses da minha reforma, este é o momento mais difícil da minha carreira».

Um minuto depois fechava-se o portão da prisão e fiquei só com os guardas prisionais.

Dali para a frente senti que já não era eu próprio, era apenas a minha sombra ou o meu invólucro; o meu eu, que eu conhecia, não podia estar ali... Passei a tudo fazer e a tudo responder mecanicamente.

«Coloque em cima da mesa tudo o que traz nos bolsos», disse o guarda prisional. Depositei em cima da mesa papéis vários, que tinha num dos